

AS RELAÇÕES DE PODER E O GÊNERO: SOBRE A PRODUÇÃO DE EPISTEMOLOGIAS E A SIGNIFICAÇÃO DO CORPO EM MICHEL FOUCAULT E JUDITH BUTLER

Dirceu Arno Krüger Junior*

Resumo: Este trabalho tem como intuito refletir acerca de como as relações de poder influenciam a composição de epistemologias do indivíduo no que tange à problemática relacionada ao gênero, da mesma forma que a percepção que este (o indivíduo) tem de seu próprio corpo (quanto a um procedimento de significação deste). Neste viés, é preciso entender as relações de poder como um conceito engendrado pelo Filósofo Francês Michel Foucault (1926-1984): como uma possibilidade de embate, de enfrentamento entre indivíduos presumivelmente livres. A noção de gênero pode vir a ser observada como perpassada por essas relações de poder, como defende Judith Butler.

Palavras-chave: Relações de Poder. Gênero. Epistemologias. Michel Foucault (1926-1984). Judith Butler (1956).

POWER RELATIONS AND GENDER: ABOUT EPISTEMOLOGY PRODUCTION AND BODY MEANING IN MICHEL FOUCAULT AND JUDITH BUTLER

Abstract: This paper aims to reflect on how power relations influence the composition of the individual's epistemologies regarding gender issues, as well as the perception that individual has about his own body (the signification procedure of this). In this bias, it is necessary understand power relations as a concept engendered by French Philosopher Michel Foucault (1926-1984): as possibility of clash, of confrontation between presumably free individuals. The notion of gender may come to be seen as permeated by these power relations, as Judith Butler argues.

Keywords: Power Relations. Gender. Epistemologies. Michel Foucault (1926-1984). Judith Butler (1956).

* Doutorando pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail: dirceu.junior@ufpel.edu.br

INTRODUÇÃO

O indivíduo, em seu contexto social, é constantemente seduzido pelos aparelhos de poder que o cerceiam e, estrategicamente, o impelem a ingressar em relações de poder na forma de um embate contínuo e implacável entre si próprio e seus semelhantes (ou seja, com aqueles que também residem nesse mesmo contexto social). Essas relações são necessárias, pois permitem ao sujeito um deslocamento que possibilita ao mesmo firmar-se no *status quo*, ao mesmo tempo em que, se protagoniza o que se poderia denominar de “jogos de poder”. É essencial preconizar que as relações de poder são operadas por indivíduos que são, em seu próprio cerne, livres.

Dessa forma, o gênero poderia ser exposto como um dos elementos que compõe e promove uma corporeidade a essas mesmas relações e aos indivíduos que a integram. Como o gênero não se traduz como um sujeito, mas sim uma inscrição que é realizada na forma de uma de interpelação aos sujeitos, essa “textura” materializada nos corpos que provém parte do núcleo da sociedade, fundamenta essas relações de poder a partir de binarismos sobrecarregados de significâncias. Com base nessas análises, Michel Foucault (1926-1984) e Judith Butler (1956) são dois referenciais teóricos, que com seus aparatos conceituais, possibilitaram pensar as relações de poder e o gênero como “pedras de toque” que estabelecem alguns padrões que permeiam as relações humanas na Modernidade e na Contemporaneidade. Seja na sexualidade, diferenciada do sexo em Michel Foucault, ou o gênero como signo cultural que traduz no corpo uma forma reificada capaz de narrar uma história e, em Butler, essa “trama epistemológica” é irrevogável ao indivíduo partícipe não só do campo social, mas como também do círculo das relações humanas.

Na primeira parte deste texto: “1 O Poder e o Gênero: Uma Intersecção”, são explanadas as diferenças teóricas entre esses dois conceitos, aqui amparados pelos exames de Foucault e Butler, que demonstram como o gênero pode vir a ser especificado como um viável vetor de poder. Sendo dessa forma, capaz de produzir efeitos nas relações de poder, evidenciar os binarismos (de gênero, de orientação sexual)

que dispõe os vínculos entre os indivíduos na espacialidade do social. O gênero, o macho e a fêmea, o homem e a mulher, a cisgeneridade e a transgeneridade, são alguns contrastes nítidos das dimensões dessas mesmas relações. Relatando, também, a importância de se entender o poder para além de uma categoria repressiva, porém múltipla e produtiva, e o gênero como uma espécie de “violência subjetiva” indeclinável e produtora na tentativa de sustentar os arquétipos do normal e do anormal no *corpus* social.

Concernente à segunda parte do texto: “2 O Corpo” é problematizada a questão deste como o receptor e a moldura de enfrentamento, assim como receptáculo do discurso que proporciona as relações de poder e a proeminência de uma verdade na totalidade do corpo individual. Para Foucault, o corpo é um sustentáculo perpassado por inscrições onde este é transcendido para além da superfície flutuante do espaço social, tornando-o um complexo de subjetividade capaz de produzir epistemologias. Aliada a defesa de Butler não só do gênero, mas como do corpo como um signo cultural, a intersecção entre o prisma foucaultiano acerca do corpo e das marcações realizadas sobre esse composto “não-pertencente” ao indivíduo em Butler, oportunizam refletir sobre os limites que determinam o que decreta esse corpo como pertencente ao sujeito, ou, como produto resultante das tecnologias prescritas pelo sistemas de poder.

Por fim, as considerações finais versam sobre as tentativas do indivíduo de reinventar, não apenas seu corpo, mas também seu próprio gênero. Para além dos binarismos de gênero (macho, fêmea e o interssexual) e das orientações sexuais vigentes (heterossexualidade, bissexualidade, homossexualidade, assexualidade). Propiciando a si mesmo a oportunidade de se constituir eticamente, da mesma maneira que subjetivamente, de maneira autêntica e, como crescimento, produzir a sua própria forma de cultura.

1 O PODER E O GÊNERO: UMA INTERSECÇÃO

Primeiramente, antes de estabelecer a teoria pertinente às relações de poder em Foucault, é preciso enaltecer que não há um conceito de gênero em *stricto sensu* em seu respectivo pensamento. Então, deste modo, gênero neste texto será referenciado como uma ideia vinculada à perspectiva de Butler em suas obras. Foucault sempre aludiu ao binarismo (masculino e feminino) refletido no imaginário do senso comum referente ao gênero, entretanto, nunca o articulou como uma noção fundada em seus estudos.

Esclarecida essa diferença, é necessário pensar que o gênero envolve, também, os parâmetros que designam as relações de poder foucaultianas, mas, nesta concepção, na diferença entre sexo e sexualidade na ótica de Foucault: o sexo refere-se ao mecanismo com o qual as práticas sexuais, assim como reprodutivas, nivelam as relações entre os indivíduos (o que inclui, também, o âmbito das doenças, da higiene e da saúde). Concernente à sexualidade, essa é a inteligibilização do sexo, um processo de subjetivação o qual permite ao ser humano reconhecer a si mesmo, ao seu próprio corpo e fundamentar epistemologias que o signifiquem e permitam o seu deslocamento e rastreamento no *corpus* social. Como Foucault (2013a, p. 114) especifica acerca da sexualidade em *História da Sexualidade, Vol. I: A Vontade de Saber*, obra publicada em 1976:

Não se deve descrever a sexualidade como um ímpeto rebelde, estranha por natureza e indócil por necessidade, a um poder que, por sua vez, esgota-se na tentativa de sujeitá-la e muitas vezes fracassa em dominá-la inteiramente. Ela aparece mais como um ponto de passagem particularmente denso pelas relações de poder; entre homens e mulheres, entre jovens e velhos, entre pais e filhos, entre educadores e alunos, entre padres e leigos, entre administração e população. Nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos dotados de maior instrumentalidade: utilizável no maior número de manobras, e podendo servir de ponto e apoio, de articulação às mais variadas estratégias.

No tocante à sexualidade, no prisma de Foucault, concebe-se a mesma como um conjunto de práticas que engloba, não apenas atinente ao sexo, mas a todo um campo de saberes que envolvem o indivíduo e emolduram a sua subjetividade: “A sexualidade é,

portanto, num primeiro momento apenas um dos campos de aplicação daquilo que Foucault chama à época de biopoderes (poder de gerar a vida)” (REVEL, 2011)²⁶². Como um aspecto que é deslocado na compreensão de Foucault, no campo das relações de poder, a sexualidade é um dos revestimentos que inscrevem no âmago do sujeito as significâncias que o consolidam no *status quo*.

As relações de poder promovem, então, o espaço onde as tecnologias da sexualidade atuam na formação das subjetividades individuais e na estruturação dos corpos vigentes que são simbolizados e, dessa maneira, valorados na pretensão de subsidiar a base econômica da sociedade. É importante clarificar que Foucault nunca compôs uma teoria do poder, sendo este viabilizado pelo autor como uma espécie de relação, não de dominância, mas de enfrentamento, de confronto: “O poder é uma matriz geral de relações de forças, em um tempo dado, em uma sociedade dada” (RABINOW; DREYFUS, 2013)²⁶³. As relações de poder só podem ser consolidados por indivíduos que se pressupõem livres, dessa forma, a título de exemplificação, a escravidão não constitui uma relação de poder. Na aula de 28 de março de 1973, do curso *A Sociedade Punitiva* (1972-1973), ministrado no *Collège de France*, Foucault (2015, p. 207) comenta sobre a questão de poder:

Primeiramente, poder é algo exercido em toda a sua espessura, em toda a superfície do campo social, segundo todo um sistema de intermediações, conexões, pontos de apoio, coisas tênues como família, relações sexuais, moradia, etc. Por mais finos que sejam os capilares da rede social a que chegemos, encontraremos o poder, não como algo possuído por alguém, mas como que se passa, que se efetua, se exerce. Em segundo lugar, consegue-se ou não exercer o poder: ele é, portanto, sempre certa forma de enfrentamentos estratégicos instantâneos e continuamente renovados entre vários indivíduos. Não é possuído, porque é algo que está em ação, que se arrisca. Logo, o que está no cerne do poder é uma relação belicosa, e não uma relação de apropriação. Por fim, o poder nunca está inteiramente de um lado. Não existem aqueles que têm o poder e o aplicam brutalmente naqueles que não o têm de modo algum. A relação de poder não obedece ao esquema monótono de opressão, dado de uma vez por todas.

²⁶² Revel, J. Dicionário Foucault, p. 136.

²⁶³ Rabinow, P.; Dreyfus, H. Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica, p. 244.

A partir dessa abordagem, como as relações de poder, produtoras em sua natureza, objetivam a problemática de gênero como signo emblemático e formador de uma subjetividade e, nos termos deste estudo, do corpo individual?

Conceitualmente, pode-se interpretar o gênero como um vetor de poder suplantado pelo processo de subjetivação designado pela sexualidade, por exemplo, ou um dos caracteres que permite ao sujeito simbolizar o seu próprio corpo e inseri-lo em uma economia de significância capaz de produzir um valor, uma autenticidade assim como, concomitantemente, estabelecer as bases de controle, de mapeamento, assim como de rastreamento, que definem a economia da sociedade, na mesma medida que a asseguram. Na perspectiva de Butler, o gênero representa um signo cultural²⁶⁴, um clarão definitivo que estabelece uma parte da história da composição subjetiva do indivíduo, tal como a maneira como foi interpelado pela sociedade que o rodeia e como esse se resignou às questões que individualizaram o seu corpo no espectro social e a dimensão das suas relações com seus conviveres: “O gênero não acontece de uma vez por todas quando nascemos, mas é uma sequência de atos repetidos que se enrijece até adquirir a aparência de algo que esteve ali o tempo todo” (SALIH, 2012)²⁶⁵. O gênero, então, pode ser subentendido como um dos compartimentos que integralizam a sexualidade e o seu campo de subjetivação e reconhecimento dos corpos individuais, devidamente inscritos, inserindo o sujeito em um espectro discursivo onde esse é alojado e reposicionado no núcleo da sociedade. De acordo com Butler (2016, p. 195) em seu livro *Problemas de Gênero*, lançado em 1990:

²⁶⁴ Esta abordagem foi, primeiramente, especificada por Butler como referida ao corpo como um protótipo de signo cultural. No “Capítulo II” de sua obra *Problemas de Gênero: “Proibição, Psicanálise e a Produção”* (2016, p. 71-140), a autora argumenta que o corpo é a rede de constructos significantes que são capazes de produzir uma fantasmagoria no que concerne ao próprio corpo como um “arranjo de significados” que materializa as vertentes dos paradigmas sociais e dos extremos que permeiam as relações entre o indivíduo e o próprio curso engendrado pela sociedade. Segundo Butler (2016, p. 128): “Desde sempre um signo cultural, o corpo estabelece limites para os significados imaginários que ocasiona, mas nunca está livre de uma construção imaginária. O corpo fantasiado jamais poderá ser compreendido em relação ao corpo ideal: ele só poder ser compreendido em relação ao corpo real; ele só poder ser compreendido em relação a uma outra fantasia instituída, a qual postula o lugar do ‘literal’ e do ‘real’”.

²⁶⁵ Salih, S. Judith Butler e a teoria *queer*, p. 94.

Se o gênero não está amarrado ao sexo, causal ou expressivamente, então ele é um tipo de ação que pode potencialmente se proliferar além dos limites binários impostos pelo aspecto binário aparente do sexo. Na verdade, o gênero seria uma espécie de ação cultural/corporal que exige um novo vocabulário, o qual institui e faz com que proliferem participios de vários tipos, categorias ressignificáveis e expansíveis que resistem tanto ao binário como as restrições gramaticais substantivadoras que pensam sobre o gênero.

Se as relações de poder, no escopo foucaultiano, são o campo de ação onde as forças residentes na espacialidade social promovem um embate, metamorfoseadas nos indivíduos que habitam essa mesma área, o gênero pode ser considerado uma espécie de desinência capaz de revestir as respectivas relações de poder de significância: consolidando-as. Nessa perspectiva, estabelecem-se duas categorias de análise substanciais para a compreensão desse jogo: A) as relações de poder (a partir do espectro político); B) o gênero (esfera discursiva). Dessa maneira, é possível conceber como as categorias políticas e discursivas se interseccionam e instituem um constructo onde o sujeito é interpelado pelos mecanismos de poder (Escola, Exército, Igreja, Fábrica), reconhece-se e investe nos jogos do poder firmando sua relação com os partícipes do seu recinto social. Desse modo, o gênero é uma possibilidade de tentativa de se demarcar um marco histórico acerca do indivíduo e, também, sobre o seu processo de individualização. Como explica Butler (2017a, p. 125) em *A Vida Psíquica do Poder*, de 1997, o sujeito é descrito e “aprisionado” no próprio espectro narrativo que o interpela:

A gramática do sujeito surge apenas como consequência do processo que estamos tentando descrever. Como estamos aprisionados, por assim dizer, dentro do campo gramatical do sujeito (por exemplo. “estamos tentando descrever”, “estamos aprisionados”), é quase impossível perguntar pela genealogia de sua construção sem pressupor ao fazer a pergunta.

Partindo-se dessa acepção de Butler, pode-se compreender que as relações de poder são impregnadas de feixes discursivos que outorgam a descritividade acerca do sujeito: Quem ele é? Onde ele vive? Como ele se reconhece, neste caso, relacionado ao seu próprio gênero? Com base neste último questionamento é possível pensar como uma outra coletividade de gêneros (não referente ao cisgênero, mas ao transgênero, ao

interssexual e ao gênero) são simultaneamente censurados e, conseqüentemente, ostracizados no espaço social. O que permite ao indivíduo refletir sobre como o discurso é unilateral no sentido de comportar um arranjo sistemático e determinado de possibilidades de reconhecimento: “Ainda assim, no modelo foucaultiano, feito de estruturas de poder indeterminadas e difusas, a lei poder ser subversivamente reiterada e repetida para desestabilizar as normas existentes” (SALIH, 2012)²⁶⁶. Nessa abordagem, observa-se que as categorias sociais dividem-se em um binarismo que pode vir a ser apropriado como os posicionamentos dos excluídos e dos não excluídos. Ou, como Foucault (2014a, p. 162) argumenta em seu curso de 1970-1971, ministrado no *Collège de France, Aulas Sobre a Vontade de Saber*: “Não é porque o espaço social se constituiu e se fechou em si que o criminoso foi excluído dele; e sim a possibilidade de exclusão dos indivíduos é um dos elementos de sua formação”²⁶⁷. Ainda no mesmo curso, na aula de 17 de março de 1971, em *Aulas Sobre a Vontade de Saber* (1970-1971), Foucault (2014a, p. 173) comenta:

Se somos submetidos a uma determinação edipiana, não é no nível de nosso desejo, e sim no nível de nosso discurso verdadeiro. É essa determinação que submete o raio do acontecimento ao jogo do fato constatado e que submete a exigência de distribuição [do poder] ao saber purificado – purificador da lei.

O gênero, à vista disso, é encorajado por um discurso o qual nucleariza uma verdade²⁶⁸, verdade essa, produzida pelo indivíduo interpelado, o qual é situado em uma espécie de binarismo (feminino ou masculino, a título de exemplo) que materializa a economia, não apenas de sua subjetividade, mas como também de seu corpo.

²⁶⁶ Salih, S. Judith Butler e a teoria *queer*, p. 177.

²⁶⁷ Para um estudo mais completo, acessar a aula de 10 de março de 1971, do supracitado curso *Aulas Sobre a Vontade de Saber* (1970-1971) (2014a, p. 151-164).

²⁶⁸ Foucault compreende a verdade como um conjunto de regras, dispostas em um discurso específico, a qual é constantemente ressignificada e produzida. Essa verdade é composta pelo indivíduo na tentativa de assujeitá-lo a lógica produtora e positivista da sociedade, como uma herança da Modernidade e continuada na Contemporaneidade (principalmente no que tange aos séculos XVIII e XIX). Em sua aula inaugural de 2 de dezembro de 1970, no *Collège de France, A Ordem do Discurso*, Foucault identifica o que compreende por discurso e suas regras dominantes que distinguem, aparam e intensificam as relações de poder no *corpus* social. Em certa ocasião ele comenta: “Deve-se conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo o caso; e é nesta prática que os acontecimentos do discurso encontram o princípio de sua regularidade” (FOUCAULT, 2013b, p. 50).

Então, dessa forma, o gênero também poder ser compreendido como verdade, um jogo de veridicção capaz de narrar a história do indivíduo em detrimento de um recorte de sua própria subjetivação, processo esse conferido na carapaça de seu corpo repleto de significâncias: “Os vocábulos-signos podem se suceder e se torcer de maneira indefinida para assinalar que a língua nada sobre um fundo ideal ilimitado do qual emergem esses signos” (KRISTEVA, 2012)²⁶⁹. Assim, o corpo do indivíduo apenas não mais flutua na superfície da sociedade, mas demonstra-se sólido e propenso a equilibrar a economia de valores e de sustentação do *status quo*: “A própria cognição, a própria sexualidade e a própria transgressão sempre estiveram prontas na cultura ocidental para serem magnetizadas num alinhamento resistente, ainda que não sem fissura” (SEDGWICK, 2007). E Sedgwick (2007) complementa: “E o período iniciado pelo romantismo que realizou essa disposição por meio de uma confluência notavelmente ampla de linguagens e instituições”²⁷⁰. E como um tipo de complementaridade, desenvolvendo os juízos do que é considerado normal ou anormal, recrudescem-se os meandros da sociedade sobre o íntegro e o impuro, o maculado e o imaculado, o asséptico e o imundo: “A ‘inauguração’ do sujeito acontece através da invasão pela qual se comunica uma exigência ética infinita. Mas essa cena não pode ser narrada no tempo; ela se repete ao longo do tempo e pertence a uma ordem que não a do tempo” (BUTLER, 2015a)²⁷¹. O indivíduo generificado é um indivíduo maculado pelo discurso verdadeiro engendrado pelos sistemas de poder que atribuem a tecnologia do gênero: como uma narrativa que demarca o sujeito em sua própria historicidade, não apenas humana, porém também como social e política.

Nessa teorização, o ser humano, individualizado pelo gênero como técnica, fundamenta uma verdade sobre si mesmo e a profere em formato de discurso, adquirindo um reconhecimento que o marcará até o fim de sua vida. Dessa maneira, quando o indivíduo é interpelado, ele sofre uma violência de cunho ético que o coage a verbalizar um relato acerca de si mesmo. Na perspectiva de Butler, um relato inacabado

²⁶⁹ Kristeva, J. Introdução à semanálise, p. 298.

²⁷⁰ Sedgwick, E. A epistemologia do armário, p. 29.

²⁷¹ Butler, J. Relatar a si mesmo: crítica da violência ética, p. 126.

e que não compreende a existência do indivíduo como um todo envolto de acontecimentos e de narrativas que lhe fogem a própria memória e compreensão: “O fato de que o sujeito tem uma história desqualifica-o de ser o ato fundador que dá existência à história da razão” (BUTLER, 2015a, p. 149). Como explica Butler (2015a, p. 170) a respeito desse processo de interpelação, no livro *Relatar a Si Mesmo*, de 2005:

O sujeito sempre incapaz de fazer um relato completo de si mesmo pode bem ser o resultado do fato de estar relacionado aos outros, em níveis não narráveis da existência, em aspectos que têm um significado ético superveniente. Se o “eu” não pode efetivamente ser separado da impressão da vida social, então a ética certamente não pressupõe apenas a retórica (e a análise do modo de interpelação), mas também a crítica social.

Com base nesse fragmento extraído da obra *Relatar a Si Mesmo*, é possível compreender que o relato exigido do indivíduo sobre seu respectivo gênero (macho ou fêmea) produz uma violência que, comparativamente às relações de poder, acentuando que o poder na perspectiva de Foucault é produtivo²⁷², erige uma nova natureza de sujeito. Pois, se as relações de poder não são principiadas em uma ideia de dominação, mas sim de embate, a violência exercida pela interpelação correspondente ao gênero, contrapõe o indivíduo a essa mesma violência (a qual, por si próprio, ele pode negar ou mesmo responder), produzindo-o conforme o *status* intrínseco imbuído no discurso verdadeiro, ou mesmo disciplinar: “A história não é simplesmente um analisador ou um decifrador das forças, é um modificador” (FOUCAULT, 2010, p. 144)²⁷³. A partir dessa ótica, as relações de poder sob a moldura do gênero e da interpelação deste é produtiva,

²⁷² É preciso entender que a problemática relacionada ao poder, em Foucault, possui, na perspectiva do autor, um caráter produtivo, opondo-se, dessa forma, a uma lógica marxiana de que o poder, necessariamente, emana do Estado, por exemplo, e é opressivo ao ponto de coagir o indivíduo para obter o seu completo domínio. No exame foucaultiano, o poder é múltiplo e produtivo, pois “produz” um modelo de indivíduo repleto de inscrições em seu corpo, viabilizando sua existência na sociedade recolocando-o em sua posição de mantenedor do ordenamento orquestrado pelo *status quo* e, paralelamente, acondicionando-o as bases econômicas de conservação da sociedade. Como Foucault (2015, p. 180) expõe na aula de 14 de março de 1973, do curso *A Sociedade Punitiva*: “O par vigiar-punir instaura-se como relação de poder indispensável à fixação dos indivíduos no aparato da produção, à constituição das forças produtivas, caracterizando a sociedade que se pode chamar de disciplinar. Tem-se aí um meio de coerção ética e política necessária para que o corpo, o tempo, a vida e os homens sejam integrados no jogo das forças produtivas, através da forma do trabalho”.

²⁷³ Para um estudo mais apurado, acessar a aula de 25 de fevereiro de 1976 (2010, p. 141-158) de *Em Defesa da Sociedade* (1975-1976), curso ministrado por Foucault no *Collège de France* de janeiro a março de 1976.

ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, descortina uma espécie de violência que parece inescapável ao indivíduo que a sofre. A um nível de nomenclatura, poderia se dizer que o sujeito “sofre”, na referida instância, uma condição de “violência subjetiva”, completamente subsidiada por uma ideia de discurso verdadeiro, com ramificações disciplinares, que, indiscriminadamente, proporciona um “verniz ético”. Esse mesmo verniz ético pode ser manifestado, do mesmo modo, como um discurso perpétuo planejado pelo sujeito, o qual narra o processo de subjetivação e de busca pela verdade em sua vida. Na forma como Foucault (2014b, p. 282) disserta na aula de 26 de março de 1980, do primeiro curso ministrado nos anos 1980 no *Collège de France: Do Governo dos Vivos* (1979-1980):

Somos obrigados a falar de nós mesmos para dizer a verdade de nós mesmos, Nessa obrigação de falar de si, vocês veem a posição eminente que o discurso adquire. Pôr a si mesmo em discurso é, de fato, uma das grandes linhas de força da organização das relações entre subjetividade e verdade no Ocidente cristão, subjetividade e verdade não se comunicarão mais tanto, primordialmente, em todo caso não se comunicarão mais tão só no acesso do sujeito à verdade. Será necessária essa flexão do sujeito no sentido de sua própria verdade por intermédio da perpétua discursivização de si mesmo.

Pelo fato de que, à medida que é questionado (e violentado), ele não apenas diz quem é, mas também desvela parte de sua constituição ética: “Um mesmo dispositivo que constitui esses objetos, loucura, carne, sexo, ciências físicas, governamentalidade, faz do eu de cada um certo sujeito, a física faz o físico” (VEYNE, 2011)²⁷⁴. Seria possível, então, considerar o gênero tal como uma violência subjetiva e uma partícula produtiva, concomitantemente? E como o corpo desse mesmo indivíduo assujeitado se apropria, assim como também é formado, por essas inscrições?

2 O CORPO

Filosoficamente, o corpo sempre foi um motivo de preocupação para o exercício pleno da contemplação, devido as suas características biológicas, assim como

²⁷⁴ Veyne, P. Foucault: seu pensamento, sua pessoa, p. 179.

fisiológicas, tornando-se uma forma de contra-argumento à própria atividade do pensamento. É interessante pensar em autores como Foucault e Butler, claramente rompendo com toda uma tradição filosófica, ressignificaram o corpo como um complexo saturado de compreensões, de epistemologias que, na medida em que é desintegrado, é reintegrado para que lhe seja possível contar sua própria história. Do mesmo modo que: redefinir o agrupamento de acepções as quais reconstruem toda a fábula dos ajustados e dos desajustados que permeiam o campo social. A título de exemplaridade, é possível retomar o Filósofo Moderno Baruch de Spinoza (1632-1677), em sua obra *Ética* (publicada em 1677), quando este denominou o corpo, não apenas como extensão, mas também como ato, certamente uma opinião auspiciosa e controvertida no século XVII, contrapondo-se a toda uma tradicionalidade científica, metodológica e também positivista: “O homem não se conhece a si próprio a não ser pelas afecções de seu corpo e pelas ideias dessas afecções” (SPINOZA, 2016, p. 133).

Conduzindo-se, apoiada nessa perspectiva spinoziana do corpo como afeto, pode-se pensar nas relações de poder, tendo parte de sua concretude e consagração no gênero, pois este segundo suportaria a ideia de um indivíduo que constitui-se e, persevera em si mesmo (como diria Spinoza), admitindo-se como reconhecido de uma, ou outra performance de gênero. Aglutinando a esse pensamento, isso incluiria, também, a etnia, a classe social, o poder econômico, esses “arcabouços de reconhecimento” detidos e cristalizados pelo indivíduo, a partir do momento em que este é interpelado sobre seu gênero: “Nesse sentido, o gênero é sempre um feito, ainda que não seja obra de um sujeito tido como preexistente à obra” (BUTLER, 2016)²⁷⁵. Porque, isso caracteriza também a produção de saberes erigida pelas relações de poder: a possibilidade de sintetizar todas as delimitações sociais que constituem o corpo individual, para além de sua complexidade biológica. O gênero, dessa maneira, é, também, um marco político na vida do sujeito, igualmente, no que se refere ao seu corpo. Como reflete Butler (2015b, p. 87) no seu livro de 2009: *Quadros de Guerra*:

O que limita quem eu sou é o limite do corpo, mas o limite do corpo nunca pertence plenamente a mim. A sobrevivência depende menos

²⁷⁵ Butler, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade, p. 56.

do limite estabelecido para o *self* do que da sociabilidade constitutiva do corpo. Mas ainda que o corpo, considerado social tanto em sua superfície quanto em sua profundidade, seja a condição de sobrevivência, é isso também que, em certas condições sociais, põe em perigo nossa vida e nossa capacidade de sobrevivência. As formas de coerção física são precisamente a imposição indesejável da força dos corpos: estar atados, amordaçados, expostos à força, ritualisticamente humilhados.

Analisando esse trecho de *Quadros de Guerra*, Butler proporciona a seguinte reflexão: mesmo com a ascensão do corpo individual, ante a violência, o descaso e a marginalização, o corpo nunca pertence definitivamente ao sujeito. Mesmo assim, controvérsia, o “ritual de passagem” do corpo individual, para o corpo-unilateral-social é pautado por esse espetáculo da coercividade: “O reconhecimento social foi embutido à identidade derivada socialmente pelo próprio fato de que estava baseada em categorias sociais que todos aceitam sem questionamento” (TAYLOR, 2011)²⁷⁶. Porque, mesmo excluído, e nisso retoma-se Foucault, o corpo permanece como pertencente às estruturas sociais de comando que, primordialmente, o degeneraram e, em seguida, o reativaram com base em uma “economia de censura” e de vilipêndio.

A fragmentação desse mesmo corpo, na visão butleriana, parece aludir a uma necessidade de dissecação desse mesmo corpo, sob a égide da agressão, da profanação verbalizada, para que, assim, o indivíduo possa “recuperar” esse corpo para além da lógica normativa da normalidade e da anormalidade²⁷⁷: “Não se trata, por conseguinte, em absoluto, de considerar o indivíduo no nível do detalhe, mas, pelo contrário, mediante mecanismos globais, de agir de tal maneira que se obtenham estados globais

²⁷⁶ Taylor, C. A ética da autenticidade, p. 56.

²⁷⁷ Charles Taylor (1931), Filósofo Canadense, argumenta em sua obra de 2010: *A Ética da Autenticidade* que a concepção de autenticidade poderia atenuar a opressão que, ocasionalmente, poderia vir a ser manifestada no âmbito do que se compreende por reconhecimento. Essa autenticidade, justificada nos processos de constituição ética do indivíduo, poderia contrabalançar questões referenciadas ao feminismo e as questões étnicas, por exemplo. Dessa forma, o gênero, então, poderia ser configurado como uma possível tecnologia de autenticação do sujeito e, peremptoriamente, de sua identidade. Segundo Taylor (2011, p. 58): “Não somente o feminismo contemporâneo, mas também as relações raciais e as discussões do multiculturalismo são sustentadas pela premissa que nega o reconhecimento como uma forma de opressão. Pode-se questionar se esse fator foi exagerado, mas é claro que o entendimento da identidade e da autenticidade introduziu uma nova dimensão de igual reconhecimento, que agora opera como sua própria noção de autoridade, ao menos no que se refere à denúncia de outras distorções induzidas envolvidas”. Para um estudo mais completo, acessar o “Capítulo V: A Necessidade de Reconhecimento” (2011, p. 51-62) da respectiva obra *A Ética da Autenticidade*.

de equilíbrio” (FOUCAULT, 2010). E Foucault (2010) corrobora: “De regularidade, em resumo, de levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação”²⁷⁸.

Mesmo assim, se pode compreender que essa “humilhação” é perpétua, enquanto o indivíduo habitar o espaço social, pois o confronto (na proposta foucaultiana das relações de poder) concederia essa sobrevivência (ante a essa metodologia de humilhação), tal como o renascimento desse corpo, ante a “vida de vilipêndios” que o insere no *corpus* social e reivindica a sua devoção à fantasmagoria das bipolaridades sociais (macho e fêmea, doente e sadio, pervertido e íntegro, trabalhador e vagabundo): “A linguagem não só registra, preserva e transmite, embora em algumas ocasiões faça todas essas coisas. Invariavelmente, a linguagem também age sobre o material que registra, preserva e transmite” (BUTLER, 2017b)²⁷⁹. Em *Caminhos Divergentes*, de 2012, Butler explica como essa disparidade de elementos de reconhecimento, nas relações humanas, apenas legitima ainda mais a interdependência entre os indivíduos: “Construir a raça, o gênero, e a classe como categorias, termos, fatores ou vetores ‘entrelaçados’ (ou sobrepostos, ou interseccionados ou híbridos) é evitar tratar esses termos como se tivessem integridade em e por si mesmos”: “como se eles pudessem meramente ser acrescentados uns aos outros” (CHANTER, 2011)²⁸⁰. Da mesma forma que, essa tese da interdependência em Butler demonstra a plausibilidade das relações de poder em Foucault, como um embate, e, conjuntamente, a dependência dos micro e dos macropoderes. O enfrentamento de corpos, de intelectos e, a iminente produção de epistemologias que sacralizam os indivíduos e suas respectivas identidades. Como expressa Butler (2017b, p. 176-177) em *Caminhos Divergentes*:

A questão não é retornar o humanismo, mas aceitar a animalidade humana e a precariedade comum. Talvez, essa característica de nossas vidas possa se tornar a base para os direitos de proteção contra o genocídio premeditado e as formas fatais de negligência nacional e internacional e de abandono de populações precárias. Afinal, nossa interdependência nos constitui como mais do que seres pensantes,

²⁷⁸ Foucault, M. Em defesa da sociedade (1975-1976), p. 207.

²⁷⁹ Butler, J. Caminhos divergentes: judaicidade e crítica do sionismo, p. 194.

²⁸⁰ Chanter, T. Gênero: conceitos-chave em filosofia, p. 31.

como seres sociais e corporalizados de fato, vulneráveis e passionais: nosso pensar não chega a lugar nenhum sem o pressuposto dessa interdependência. Nosso pensamento se vale de uma vida corporal que jamais pode ser totalmente isolada numa esfera privada.

A “animalidade” assinalada por Butler no trecho de seu livro é uma aparência compartilhada universalmente por todos os seres humanos, o que também acusa a existência de uma essencialidade que é irrecusável, mesmo em uma sociedade normatizada e impregnada de regras de conduta, de pensamento e de, com base neste texto, de fundar epistemologias: “O conhecimento não é mais uma totalização, mas um processo de arrebatamento, de esgotamento, pelo qual o infinito se aproxima de um termo sempre falho” (KRISTEVA, 2012)²⁸¹. Dessa maneira, o gênero então seria um princípio que solapa parte dessa animalidade humana, catalogando os indivíduos e particularizando sua relação com os “coabitantes” de seu próprio mundo e de sua circunspeção social.

O gênero, então, é parte de uma indumentária fixa que é acionada, pelos sistemas de poder, a encarcerar a animalidade humana, ajuizá-la a partir dos componentes macho e fêmea, criando toda uma guarnição de disciplina capaz de fomentar as relações de poder e, como um acréscimo, permitir ao sujeito generificado deslocar-se por seu espaço social e autenticar-se a partir desses revestimentos culturais, neste caso, o gênero: “Desde séculos, reina uma política do corpo. A partir dos séculos XVII e XVIII, o corpo foi utilizado, quadriculado, encerrado, restringido como força de trabalho” (CASTRO, 2016): “Essa apropriação política do corpo busca extrair dele o máximo das forças utilizáveis para o trabalho, o maior tempo utilizável para a produção” (*Idem*, 2016, p. 402)²⁸². Na concepção foucaultiana de corpo, como um átomo enlaçado de caracteres que o significam e o dignificam no eixo social, essas inscrições, sinalizadas virtualmente em seu corpo, explicitam a necessidade de se transfigurar esse mesmo corpo em uma cápsula do controle social, da disciplina e do poder fantasmagórico direcionado aos modelos ilusórios de macropoderes (o Estado, a

²⁸¹ Kristeva, J. Introdução à semanálise, p. 297.

²⁸² Esta citação integra o verbete: “Sexualidade”, desenvolvido pelo autor argentino Edgardo Castro, em seu *Vocabulário de Foucault* (2016, p. 398-403), publicado em 2004.

Igreja, o Exército, o Manicômio: alguns exemplos memoráveis): “Se deixarmos de formar uma ideia demasiado estreita ou fantasmagórica do poder, se não o reduzirmos ao Estado, ao poder central, esse monstro frio que, dizem alguns, não para de crescer, saberemos avistá-lo em toda a parte” (VEYNE, 2011)²⁸³. Sobre as problemáticas do corpo, do poder e da disciplina, Foucault (2006, p. 69) denota em seu curso *O Poder Psiquiátrico* (1973-1974), na aula de 21 de novembro de 1973:

Pode-se dizer, numa palavra, que o poder disciplinar, e é essa sem dúvida sua propriedade fundamental, fabrica corpos sujeitados, vincula exatamente a função-sujeito ao corpo. Ele fabrica, distribui corpos sujeitados; ele é individualizante [unicamente no sentido de que] o indivíduo [não é] senão corpo sujeitado. E podemos resumir toda essa mecânica da disciplina dizendo o seguinte: o poder disciplinar é individualizante porque ajusta a função-sujeito à singularidade somática por intermédio de um sistema de vigilância-escrita por um sistema de panoptismo pangráfico que projeta atrás de sua singularidade somática, como seu prolongamento ou como seu começo, um núcleo de virtualidades, uma psique, e que estabelece, além disso, a norma como princípio da divisão e a normalização como prescrição universal para todos esses indivíduos assim constituídos.

Seja como “mola propulsora” das relações de poder, como estratégia, ou como enclave disciplinar do corpo, o gênero encabeça parte dos moldes de formação, de tecnologia e de suplantação da criação de epistemologias na sociedade. O indivíduo generificado permanece sobre esse jugo de identificação perpetrado pelos mecanismos de poder, conferindo a “fábula da sociedade”, os requisitos para a manutenção dos juízos sobre o que é determinado, de maneira cabal, como certo/errado, normal/anormal, ou mesmo o masculino/feminino. Violência que gera economia, que desenvolve epistemologias, que distribuiu os marcadores de definição do *status quo*, o gênero representa um dos apogeus firmados das relações de poder. Possível premissa proponente e compositora da ideia de sexualidade foucaultiana, signo cultural narrável da vida do sujeito butleriano, o gênero perfila parte das relações de poder, como um fundamento ativo desta e capaz de oportunizar ao indivíduo a edificação de uma cultura do corpo genuína.

²⁸³ Veyne, P. Foucault: seu pensamento, sua pessoa, p. 167.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O corpo do indivíduo, interpelado pelo gênero, e no eterno embate nas relações de poder com seus conviveres, é um monumento múltiplo de inscrições, de códigos, de normas e de uma constituição ética que o projeta no espaço social. Mesmo dominado por uma cultura de regramentos que visa produzir esse corpo e maximizar a sua própria força (para a progressão do trabalho), esse mesmo corpo ainda possui uma premissa de enfrentamento capaz de contestar os ditames da sociedade e das instâncias de poder as quais visam enquadrá-lo. O gênero, mesmo sendo um revestimento de interpelação e de controle, ainda permanece como uma proposta de instituir-se autenticamente e de teatralizar a própria existência (do corpo), externalizando a subjetivação a partir dos compartimentos de reconhecimento do *status quo* (macho, fêmea, homem, mulher).

A substancialidade de fundamentar-se como um corpo produtor de epistemologias, de uma inteligibilização a qual concretiza parte do desejo individual, permite ao sujeito incrementar o seu gênero utilizando-se de todas as prerrogativas existentes no constructo de individualizações da sociedade. A sexualidade, como processo de subjetivação e inteligibilização do corpo individual, encontra no gênero uma possível carapaça na tentativa de compor conhecimentos que permitam ao indivíduo sobressair-se ao controle da normatividade social.

É preciso compreender que o gênero também é, como uma espécie de paradoxismo necessário, um limite cabalmente estabelecido no que tange ao contrabalanceamento das relações de poder, dos vínculos de interdependência, e dos métodos de reconhecimento. Se o outro representa aquilo que eu não sou, nessa mesma medida, também o sujeito pode se reconhecer e se refletir nesse antagonismo instigado pelos mecanismos de poder, na experiência do ensejo de se definir as diferenças que, de forma retroalimentada, inventa a figura espectral conhecida como comunidade social.

BIBLIOGRAFIAS:

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. Trad. de Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, 2015a.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?**. Trad. de Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2015b.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. de Renato Aguiar. 12 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder: teorias da sujeição**. Trad. de Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, 2017a.

BUTLER, Judith. **Caminhos divergentes: judaicidade e crítica do sionismo**. Trad. de Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2017b.

CHANTER, Tina. **Gênero: conceitos-chave em filosofia**. Trad. de Vinícius Figueira. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Trad. de Ingrid Müller Xavier. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

FOUCAULT, Michel. **O poder psiquiátrico (1973-1974)**. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade (1975-1976)**. Trad. de Maria Ermantina Galvão. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade, vol. I: a vontade de saber**. Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 23 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2013a.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no *Collège de France*, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 23 ed. São Paulo: Loyola, 2013b.